



DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

DOCUMENTO DE SUPORTE PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

FICHA TÉCNICA

Democracia e participação social: uma estratégia de desenvolvimento local - Documento de suporte para políticas públicas, publicado pelo Projeto Triplo D, da Cáritas Diocesana de Coimbra.

A informação que consta deste documento, elaborado em junho de 2022, resulta da soma dos esforços dos diferentes grupos associados ao Triplo D, nomeadamente através da iniciativa “Cidadãos Intergeneracionais”.

As informações obtidas a partir de outras fontes são consideradas fiáveis, pelos autores. Esta publicação ou partes dela podem ser reproduzidas, copiadas ou transmitidas com fins não comerciais, desde que o trabalho seja adequadamente citado.

Autoria e design

Projeto Triplo D – Cáritas Diocesana de Coimbra
Rua D. Francisco de Almeida, n.º 14
3030-382 Coimbra, Portugal

Financiamento do projeto

Programa Cidadãos Ativ@s (2018-2024), no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EEA Grants, gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação Bissaya Barreto.

Sugestão de citação

Projeto Triplo D (2022). Democracia e participação social: uma estratégia de desenvolvimento local - Documento de suporte para políticas públicas. Cáritas Diocesana de Coimbra. Coimbra

Informações adicionais

Página web institucional: <https://caritascoimbra.pt/>
Página web do projeto: <https://triplod.caritascoimbra.pt/>
Email: triplod@caritascoimbra.pt

SUMÁRIO

01. Introdução

Página 4

02. Enquadramento: o Projeto Triplo D

Página 5

03. Iniciativa Cidadãos (Inter)geracionais

Página 11

04. Cidadania e participação

Página 15

05. Democracia e participação social: uma estratégia de desenvolvimento local

Página 16

06. Ideias e recomendações

Página 17

07. Práticas inspiradoras

Página 18

08. Referências de pesquisa

Página 20

INTRODUÇÃO

"Ninguém nasce um bom cidadão; nenhuma nação nasce uma democracia. Ambos são processos que continuam a evoluir ao longo de uma vida. A juventude tem de ser incluída desde a nascença. Uma sociedade que se afasta dos seus jovens compromete a sua esperança de vida."

Kofi Annan

A sensibilização e empoderamento no âmbito dos direitos humanos e da participação cívica e democrática é essencial para estabelecer um modelo de educação que promova a igualdade, o respeito pela diferença, o pensamento crítico, o diálogo e a corresponsabilização, com vista a desenvolver cidadão/ãs reflexivos/as e participativos/as, envolvidos/as como agentes de mudança nas suas casas, comunidades, escolas ou locais de trabalho, nos seus países e no mundo. A educação para a cidadania e para os direitos humanos não pretende somente transmitir conhecimentos, mas também promover uma capacidade de ação, que começa em cada um de nós e se espalha pela nossa comunidade.

Ser cidadão/ã ativo/a depende não só de vontade ou predisposição para a participação. Devem ser criadas oportunidades e condições para que as pessoas se façam ouvir e colaborem mais ativamente nos seus próprios processos de inclusão e na sociedade.

O Projeto Triplo D teve como objetivo fortalecer a cultura da cidadania ativa e participativa, com vista a um maior envolvimento e consciência dos/as cidadãos/ãs sobre a relação entre os espaços e as pessoas. Ser cidadão/ã é participar no presente e futuro da sociedade. A participação e a cidadania estão ligadas às oportunidades, aos meios, aos espaços e ao envolvimento em ações e atividades, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

O documento "Democracia e participação social: uma estratégia de desenvolvimento local - Documento de suporte para políticas públicas" é o resultado da soma dos esforços dos diferentes grupos associados ao Triplo D. Apresenta-se como uma escrita coletiva sobre a importância da participação e envolvimento de todos/as os/as cidadãos/ãs no processo de tomada de decisões. Pretende reforçar a ideia de que as comunidades podem organizar-se para resolver os seus próprios problemas, através de mobilizações em áreas como o ambiente, a segurança, desenvolvimento sustentável, entre outras.

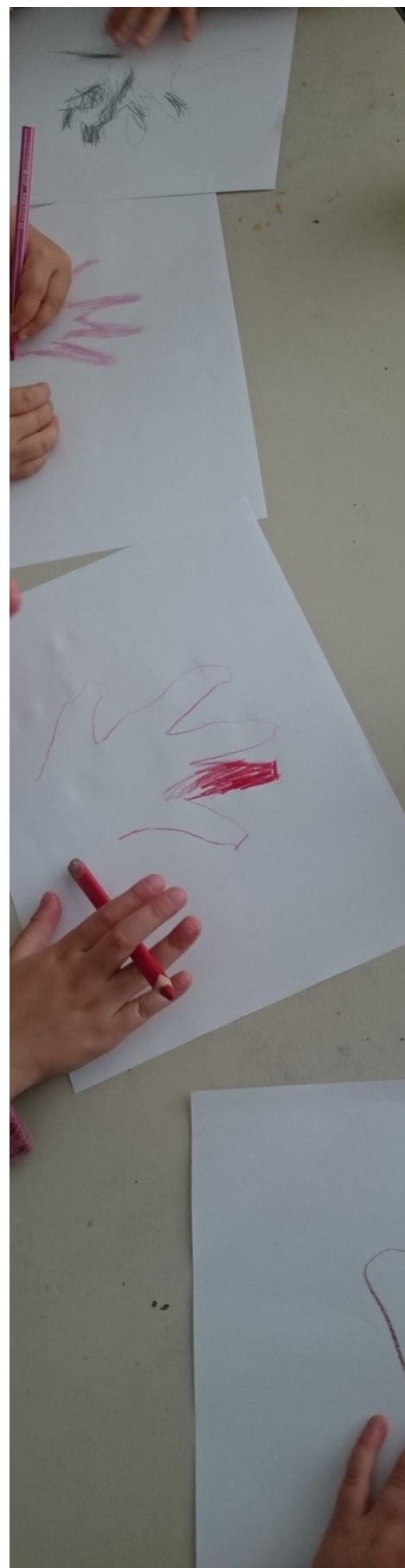
ENQUADRAMENTO: O PROJETO TRIPLO D

O Triplo D - Democracia, Demografia e Direitos Humanos foi um projeto implementado pela Cáritas Diocesana de Coimbra, com o objetivo de aumentar e fortalecer o envolvimento democrático e a participação cívica dos cidadãos e cidadãs, ao trabalhar as ligações entre democracia, demografia e direitos humanos.

Entre julho 2019 e junho 2022 desenvolveu sessões de sensibilização e dinamizou grupos de discussão comunitária, com o objetivo de educar e empoderar os diferentes grupos-alvo do projeto, desde crianças do ensino pré-escolar até aos adultos mais velhos. O Triplo D potenciou a discussão e troca de experiências dentro das comunidades, trazendo os/as cidadãos/ãs, independente das faixas etárias e do contexto socioeconómico, para o debate de temas transversais a todas as gerações e relevantes para as comunidades.

O Projeto Triplo D foi financiado pelo Programa Cidadãos Ativ@s (2018-2024), no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu - EEA Grants, gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Fundação Bissaya Barreto. A Cáritas Diocesana de Coimbra foi a entidade promotora e contou com três parceiros oficiais: o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, o European Centre for Women in Technology e o Agrupamento de Escolas da Lousã.

- Fortalecer a sociedade civil através do aumento de conhecimento sobre as instituições democráticas, participação cívica e sensibilização para o compromisso social;
- Formar e sensibilizar os grupos-alvo, com vista à promoção da cidadania e da democracia;
- Aumentar a autoeficácia para a participação, envolvimento e tomada de decisão em grupos;
- Disseminar as temáticas do projeto;
- Potenciar a replicação das ações e recursos e a partilha de boas práticas através da criação do *website*, *toolkit* e documento de suporte para políticas públicas.



GRUPOS-ALVO

Promover a participação é experimentar um sistema complexo de interações que se configura em torno da iniciativa, das responsabilidades compartilhadas e, principalmente, do compromisso que diferentes grupos de pessoas, crianças e adultos, podem assumir. O Projeto Triplo D fez uma abordagem da problemática da participação e envolvimento cívico e democrático ao longo de todo o ciclo de vida.



Crianças



Jovens



Adultos



Adultos mais
velhos



Comunidade
educativa

GRUPO-ALVO PRINCIPAL:

- Crianças e jovens do 1.º ciclo até ao ensino secundário

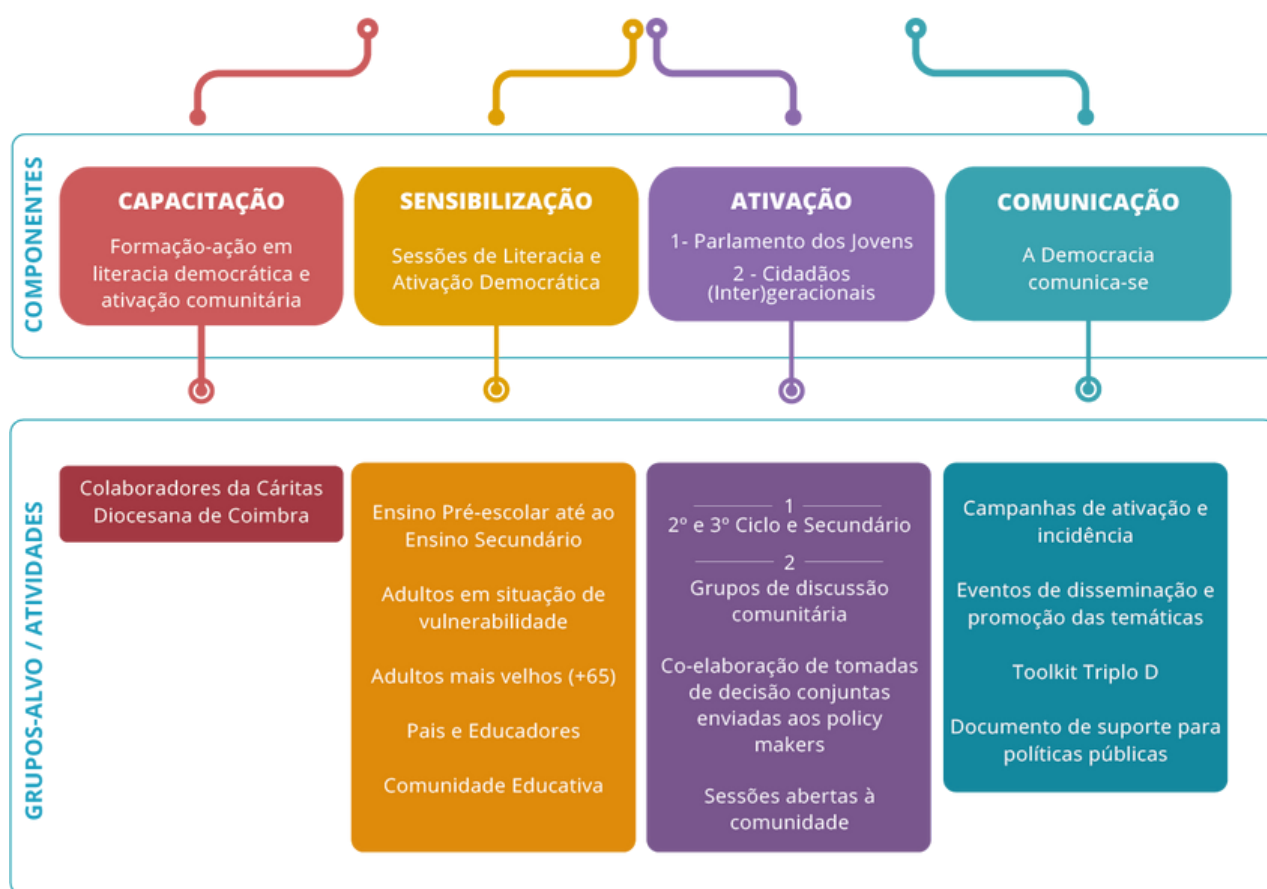
As crianças e jovens são sujeitos sociais e políticos que têm direito à opinião e ao acesso à informação. É extremamente importante o investimento na sua formação como adultos com o dever intrínseco de efetivar a participação na sociedade, quer através dos mecanismos políticos e democráticos, quer através da participação comunitária e cívica. O Projeto Triplo D desenvolveu uma intervenção privilegiada no Agrupamento de Escolas da Lousã, parceiro oficial do projeto.

GRUPOS-ALVOS SECUNDÁRIOS:

- Crianças do ensino pré-escolar;
- Adultos mais velhos;
- Adultos em situação de vulnerabilidade.

O Projeto Triplo D alargou a sua intervenção a pais e educadores, pessoal docente e não docente e alunos do ensino universitário, de forma a envolver toda a comunidade educativa no processo de aprendizagem e trocas de experiências, motivando uma participação colaborativa e transversal a todos os agentes intervenientes no processo educativo. A componente de capacitação englobou a realização de várias formações em literacia democrática e ativação comunitária direcionadas para colaboradores da Cáritas Diocesana de Coimbra. As sessões foram dinamizadas pelo European Centre for Women and Technology e o Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, parceiros oficiais do projeto.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS



Capacitação:

- Formação-ação em literacia democrática e ativação comunitária para capacitar e empoderar os colaboradores da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Sensibilização:

- Sessões de literacia e ativação democrática, para crianças desde o ensino pré-escolar até aos adultos mais velhos, abrangendo diferentes contextos socioeconómicos, culturas, grupos etários e estruturas de relação.

Ativação:

- Sessões de sensibilização – Iniciativa Cidadãos (Inter)geracionais;
- Grupos de discussão comunitária - Iniciativa Cidadãos (Inter)geracionais;
- Realização de campanhas de sensibilização e ativação;
- Apoio às escolas na participação no Programa Parlamento dos Jovens.

Comunicação:

- Disseminação e divulgação das atividades do projeto, nas suas várias vertentes;
- Maximização da utilização da rede institucional de parceiros;
- Gestão do *website* e *Facebook* do projeto;
- Avaliação externa, que permitiu refletir sobre os resultados e lições aprendidas.

TEMÁTICAS



METODOLOGIA

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção!”

Paulo Freire

A metodologia adotada pelo Triplo D teve por base o Construtivismo e a Pedagogia de Paulo Freire, assim como, as metodologias nacionais e internacionais de sensibilização e ativação comunitária. Pretendeu-se colocar as pessoas no centro do processo de aprendizagem e potenciar uma constante reflexão crítica em relação às temáticas abordadas e a tudo o que as rodeia, sendo considerados essenciais a reflexão entre pares e o diálogo intergeracional. Nesta perspetiva de aprendizagem, as dimensões centrais assentam na experiência, na discussão e debate, argumentação e trabalho colaborativo.

Uma das mais-valias diretas do projeto foi o funcionamento “em cascata”. Ao estabelecer atividades criadas, organizadas e dinamizadas com o envolvimento dos próprios participantes aprofundou-se a apropriação da temática. Esta metodologia transformou os participantes em veículos de sensibilização, multiplicando os destinatários das ações e facilitando a sensibilização para a participação cívica e democrática – terreno fértil e propício à multiplicação dos resultados.

Também foi explorada a *Gamification trend* (aplicação de elementos de jogo e técnicas de design de jogos digitais para problemas de não-jogo, como desafios de negócios e de impacto social). A *Gamification* usa uma abordagem baseada na empatia (como *design thinking*) para introduzir, transformar e operar alterações de comportamento em contexto de não-jogo.

IMPACTO SOCIAL

O Projeto Triplo D distinguiu-se pela aposta em níveis de intervenção de estrutura participativa – não é transmitir, mas “criar com”. Foi potenciada a discussão e troca de experiências dentro das comunidades. O projeto compreendeu uma abordagem multietária e contextual, dada a área de atuação da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Abrangeu territórios urbanos e de baixa densidade, de interior e litoral, unindo um padrão de diversidade demográfica relevante. Todas as ações permitiram um processo de desenvolvimento pessoal e coletivo que não é possível atingir, de forma plena, com ações meramente expositivas. A diversidade dos grupos-alvo, sendo em si mesma uma riqueza inigualável, revelou-se um desafio no âmbito da elaboração de conteúdos e adequação de técnicas.



Ao longo de três anos de trabalho foi possível verificar que a ativação democrática é um processo que tem de envolver obrigatoriamente diferentes camadas de públicos, idades, territórios e contextos, com respeito pelas múltiplas vozes da sociedade, cidadãos/ãs afetos a direitos e deveres.

Tendo a cidadania e participação como temáticas unificadoras e o empoderamento como objetivo maior, o projeto apostou em processos de cocriação e coprodução, na educação não-formal aplicada ao incremento de recursos intelectuais, emocionais, sociais, expressivos e criativos e, neste caso específico, à ampliação da consciência social.

A utilização dos *outputs* cocriados pelos participantes nas atividades e posterior disseminação foram um forte motivador para o envolvimento alargado, tornando os materiais informativos e de comunicação mais relevantes.



Desde o início do projeto até junho de 2022 foram abrangidos 7606 participantes. O grupo-alvo das crianças e jovens contabiliza 71,33% dos participantes, uma vez que é o principal grupo-alvo do projeto.

O projeto contou ainda com a participação dos grupos-alvo secundários: 15,12% de crianças do ensino pré-escolar, 3,68% de adultos em situação de vulnerabilidade e 1,85% de adultos mais velhos. No que diz respeito à capacitação institucional, foram realizadas 7 sessões, para 141 colaboradores da Cáritas Diocesana de Coimbra.

Relativamente à distribuição geográfica, foram abrangidos 4 distritos e 13 concelhos, sendo que a maioria das sessões foram realizadas no distrito de Coimbra, nos concelhos de Coimbra e da Lousã. Destacam-se as atividades *online*, que contabilizaram 17,39% de participantes.



Os *feedbacks* formais e não formais permitiram avaliar a intervenção do projeto como muito importante e de especial relevo na sociedade atual, tanto pela recetividade das diferentes entidades, como pelo impacto surtido nas intervenções dos diferentes grupos-alvo. Do total de 7068 participantes que avaliaram as atividades onde estiveram envolvidos/as, 85,81% reconhecem a intervenção como “Muito Importante”, 11,99% reconhecem-na como “Importante” e apenas 0,95% a identifica como “Nada Importante”.



*“Sou criança! Quero ser protegida para poder crescer com saúde, liberdade e dignidade!”
“Sou criança! Quero ser educada num espírito de amizade, paz e amor!”*

Turma do Jardim de Infância da Lousã (01/07/2021)



triplo
**CIDADÃOS
INTERGERACIONAIS**

“Os adultos mais velhos continuam a ser válidos, mas a sociedade nem sempre entende isso! Falta uma estrutura de comunicação entre pessoas mais velhas e os mais novos!”

Adultos mais velhos da ERPI Casa de S. José (18/10/2021)

As alterações demográficas configuram uma nova sociedade, que se vê obrigada a criar novas vias para valorizar o potencial de crescimento entre as gerações mais jovens e os/as cidadãos/ãs mais velhos.

“Será necessário o contributo de todos os agentes para gerir essas mudanças: entre as gerações, há que desenvolver novas solidariedades, feitas de apoio mútuo e de transferência de competências e experiências.” (Comissão das Comunidades Europeias, 2005)

O Projeto Triplo D contemplou a participação dos/as cidadãos/ãs em atividades cívicas, sendo uma oportunidade de tornar possível o desenvolvimento de uma cultura e práticas democráticas.

Na componentes de ativação do projeto, o objetivo foi colocar os grupos-alvo como motores e protagonistas do processo de ativação, nomeadamente através das iniciativas: “Parlamento dos Jovens” e “Cidadãos (Inter)geracionais”.

Entre as atividades da iniciativa “Cidadãos (Inter)geracionais” destaca-se a criação e dinamização de grupos de discussão comunitária, constituídos por jovens e adultos.

Os grupos de discussão comunitária procuraram sensibilizar, informar e envolver os/as cidadãos/ãs de forma a promover uma participação ativa na comunidade, desde os mais jovens até às pessoas mais velhas, ao nível da identificação de necessidades e possíveis soluções, assim como fortalecer a importância de ter uma voz ativa em processos de tomada de decisão.



As relações intergeracionais podem assumir uma importância fundamental no intercâmbio entre grupos de várias faixas etárias e nas trocas que se podem estabelecer.

Nas relações intergeracionais a transmissão dos saberes não é linear, pois ambas as gerações possuem sabedorias que podem ser desconhecidas para a outra geração e a troca de saberes possibilita vivenciar diversos modos de pensar, de agir e de sentir, e assim, poder renovar as opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas. Esta renovação e transformação ocorre reciprocamente, num movimento constante de construção e desconstrução.

Assim, as atividades intergeracionais proporcionam um espaço onde diferentes gerações, respeitando a sua diversidade, criam uma história comum, a partir das sabedorias de cada integrante do grupo.



“É importante dar aos mais novos ensinamentos que esclareçam a situação em que vivemos e que compreendam os programas dos partidos. Quando são esclarecidos vão captando e repensando em quem votam!”

Adultos mais velhos da ERPI Casa de S. José (18/10/2021)



GRUPO CI PLANALTO

O nome do grupo “CI Planalto” foi uma escolhido pelos/as participantes e deriva da designação da zona onde habitam, o Planalto do Ingote e do Bairro da Rosa, que se situa na periferia da cidade de Coimbra.

Esta zona é constituída por três bairros de habitação social: Rosa, António Sérgio e Ingote. Ao longo destes últimos anos foi sendo desenvolvido um trabalho de requalificação física e humana, que continua no presente.

Os temas escolhidos para abordar relacionam-se sobre a reabilitação urbana, nomeadamente eliminar as inúmeras barreiras arquitetónicas nesta comunidade, pelo envelhecimento desta população. Os participantes do grupo evidenciaram identificaram algumas problemáticas dos seus bairros, nomeadamente a limpeza e cuidados de manutenção nas ruas e nos edifícios. Para resolver estas questões apresentaram propostas importantes para serem implementadas:

- Ações de sensibilização da população em geral (sessões educativas, vídeos);
- Criação de grupos de limpeza das ruas (equipas de voluntários residentes);
- Educação para a separação do lixo, através da reciclagem;
- Aumentar o número de contentores e de ecopontos;
- Estabelecimento de consequências para quem suja;
- Criação de parcerias com outras entidades dos bairros, nomeadamente com a Comunidade de Etnia Cigana;
- Criação de grupo de voluntários para recolha de lixo nas habitações de pessoas com problemas de mobilidade (por exemplo, sensibilização dos vizinhos).

GRUPO CI CER+

O grupo CI CER+ contou com 7 participantes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, residentes no Lar de Jovens de Santa Maria de Semide, da Cáritas Diocesana de Coimbra.

O nome do grupo foi escolhido pelos jovens, que usaram o acrónimo “CER+” para abreviar os conceitos de Compromisso, Envolvimento e Responsabilidade. A mensagem do grupo era “ser mais”, “sair de si, em direção ao outro, acrescentando valor”.

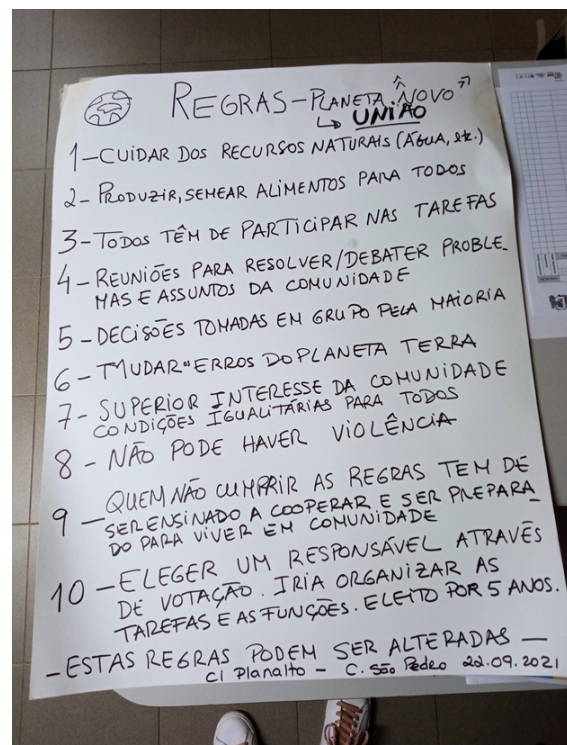
Ao longo de um ano, o grupo reuniu uma vez por mês, para trabalhar várias temáticas, entre as quais os direitos humanos, igualdade de género, *bullying*, cidadania ativa, racismo, participação democrática, entre outros. Estes temas foram escolhidos pelo grupo. Para além da discussão de ideias, soluções e estratégias, o grupo foi desenvolvendo atividades práticas para sensibilizar os restantes residentes do Lar de Jovens para a importância dos temas abordados.

GRUPO CI JAM

No grupo CI JAM (Jovens Ativos da Mealhada), participaram 12 jovens, entre os 14 e 26 anos, residentes no concelho da Mealhada. Os temas que estes jovens escolheram para abordar foram a participação cívica dos jovens, violência doméstica e no namoro, impacto das novas tecnologias, entre outros.

GRUPO CI S. MIGUEL

O grupo CI S. Miguel contou com 6 participantes, com idades compreendidas entre os 20 e os 65 anos, do Apartamento de Reinserção de S. Miguel. Foram realizadas várias sessões de sensibilização e atividades práticas para consolidar as temáticas discutidas.



TEMAS ABORDADOS COM OS GRUPOS

- Apresentação do projeto e atividades
- O que é a comunidade?
- Identificação de problemáticas e soluções para a minha comunidade
- Participação dos jovens na comunidade
- Participação dos adultos mais velhos na comunidade
- Planeamento das temáticas e atividades em período de confinamento
- A construção dos direitos humanos
- Igualdade de género
- O desenvolvimento sustentável nas comunidades
- Qual a importância das tecnologias para o dia-a-dia dos/as cidadãos/ãs?
- Novas tecnologias: uma forma de proximidade ou afastamento das comunidades?
- Violência doméstica e no namoro
- *Bullying*
- Racismo, discriminação racial e xenofobia
- Participação cívica e democrática



O projeto contou com a colaboração de voluntários/as, que participaram na preparação e dinamização das sessões e efetuaram trabalho de pesquisa sobre as temáticas abordadas.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

“O facto de as sociedades estarem a tornar-se cada vez mais multiétnicas, multiculturais e multirreligiosas é bom. A diversidade é uma força, não uma fraqueza.”

António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas

A participação de todos/as na vida cívica e democrática é um direito e um dever. Um direito que inclui a liberdade de expressão e de opinião, direito à informação e à associação e a participar em processos de decisão e em assuntos que a si dizem respeito. Um dever de ser agente de mudança e de influenciar as decisões governamentais, nomeadamente através do voto, símbolo da democracia representativa.

Esta representatividade democrática constitui um desafio, dada a crescente abstenção eleitoral e da perda da capacidade dos eleitores de se vincularem a quem os representa. É essencial compreender que a opinião de cada cidadão/ã importa e a sua participação permite a definição de políticas públicas e influenciar a gestão dos recursos públicos.

Importa ressaltar que este papel cívico dos cidadãos/ãs deve basear-se no acesso à informação plena e nas competências de diálogo e de negociação, capaz de garantir uma simbiose entre mecanismos inerentes a um processo consultivo, a iniciativas participativas e a processos de empoderamento.

O direito de participação desenvolve-se essencialmente em três espaços: na família, na comunidade e na escola. Deste modo, pode promover-se a participação quando se partilham as tarefas em casa, quando se tomam decisões familiares em conjunto, quando se participa em ações de solidariedade, na dinamização de atividades no bairro, num órgão associativo, quando se pratica um desporto, quando se é voluntário/a, quando se participa em atividades na escola.

Para garantir que esta participação seja eficaz, os participantes devem estar informados e, no caso das crianças/jovens, a linguagem deve ser adaptada e compreensível. Os participantes devem sentir-se escutados/as e com espaço para manifestar as suas opiniões e de serem consultados/as em assuntos que lhe digam respeito. Fundamentalmente, este o processo participativo deve ser aprazível e fomentar o bem-estar, para que adultos, crianças e jovens mantenham o interesse em participar e assim, se constituírem cidadãos/ãs em pleno direito e agentes de mudança em todas as esferas da sociedade.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O princípio da participação social no processo de tomada de decisão caracteriza-se como um mecanismo capaz de dar legitimidade às decisões tomadas, através do elo de ligação entre o indivíduo e a sociedade, permitindo a criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública.

Numa visão mais ampla, a participação social pode ser considerada como um “processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso.” (Jacobi, 2003)

A participação social, segundo Bursztyn (2001), é um dos imperativos para o desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe o atendimento das necessidades básicas de todos/as, incluindo o das futuras gerações. Como as futuras gerações não podem agir no momento, são as gerações do presente que precisam de intervir, de forma a promover a mudança de rumo das atuais tendências sociais e ambientais.

É fundamental investir em políticas de desenvolvimento integradas e promover a participação dos/as cidadãos/ãs nos processos de tomadas de decisão. Desta forma, o poder público deverá tornar-se cada vez mais flexível à participação de novos agentes nas decisões. Esta mudança deve-se essencialmente ao crescimento das organizações não-governamentais e algumas organizações da sociedade civil, têm assumido um papel preponderante na capacidade em capitalizar a política pública e levá-la a espaços onde o poder político, em função da sua dimensão e aspetos burocráticos, não consegue chegar.

A partir do momento em existem oportunidades para a criação de novos canais de participação, a sociedade civil passa a ser protagonista do seu bem-estar, contribuindo para o princípio essencial da democracia económica, política e social.



IDEIAS E RECOMENDAÇÕES

- Fomentar ações de formação, informação e iniciativas cívicas que promovam uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- Criar grupos de discussão cívica nas comunidades, com o fim de promover a participação social e refletir/trabalhar as reais necessidades dos bairros e seus residentes;
- Promover a articulação entre a sociedade civil, entidades particulares e organismos públicos, fortalecendo a atuação concertada na resolução de problemas locais de pobreza e de exclusão social;
- Fomentar programas de cariz intergeracional, que incentivem a criação de parcerias entre escolas e estruturas residenciais para idosos, com vista a potenciar uma plataforma de comunicação entre as crianças e jovens e os adultos mais velhos;
- Criar um novo canal de participação cívica em Coimbra, como um Conselho de Cidadãos, com o objetivo de contribuir para uma participação cívica e democrática ativa, para que o/a cidadão/ã comum, sem afiliações partidárias ou associação a qualquer instituição, possa ter voz ativa nos assuntos da sua comunidade, contribuindo para uma democracia social, política e económica;
- Incentivar os organismos políticos a adotar uma linguagem inclusiva e adaptada a todos os cidadãos, independentemente da idade, condição económica, cultura ou etnia, para que todos e todas possam compreender as decisões emanadas e participar democraticamente;
- Promover projetos que promovam a literacia digital dos adultos mais velhos, o acesso a novas tecnologias, em particular as tecnologias de informação e comunicação (TIC), melhorando o bem-estar das pessoas mais velhas e as suas redes de apoio (família, cuidadores, vizinhança, prestadores de serviços, etc.).



PRÁTICAS INSPIRADORAS

CONSELHO DE CIDADÃOS – Câmara Municipal de Lisboa

Envolver os cidadãos na tomada de decisão de uma maneira não partidária

O conselho de cidadãos é uma iniciativa de participação cívica da cidade de Lisboa, promovida pela Câmara Municipal. Todos os/as cidadãos/ãs, com idade igual ou superior a 16 anos, são convidados a participar na construção de propostas para a cidade, através de momentos de democracia.

Ao longo do ano, estão previstos vários dias de debate com temas diferentes, para que os/as cidadãos/ãs possam participar. Para cada sessão é proposta uma pergunta, em torno da qual os/as participantes devem trabalhar. As propostas que saem das reuniões são transmitidas nas plataformas da autarquia e apresentadas/entregues pelos/as cidadãos/ãs ao Presidente da Autarquia ou a um representante.



Fonte: Câmara Municipal de Lisboa

Como não é possível ter todas as pessoas no debate, são selecionados/as 50 cidadãos/ãs, por entidades independentes e imparciais. É realizado um sorteio para que todos/as tenham a mesma oportunidade de participar. O grupo de 50 pessoas selecionadas representa a população do município em termos de idade, nível de escolaridade, género, situação profissional e freguesia.

A independência e imparcialidade das reuniões do Conselho de Cidadãos é garantida por dois parceiros escolhidos pela autarquia. Um dos parceiros fica responsável pela definição e execução do modelo de amostragem dos participantes e o outro fica responsável pela definição e execução do modelo de avaliação e monitorização do projeto.

Os resultados da iniciativa são tornados públicos e autarquia compromete-se a "dar continuidade às propostas" e "comunicar os progressos realizados".

Conselhos Locais de Cidadãos

Participação social de pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social

A EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) decidiu começar por dar pequenos passos que permitam reunir as condições para uma participação organizada e efetiva num futuro próximo e que, a médio prazo, permita a existência de estruturas e plataformas de participação na definição e implementação das políticas. Para a EAPN, a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social encontra-se na raiz do pensamento e da filosofia de atuação da organização ("Dar voz às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância").

Desta forma, a EAPN Portugal tem vindo a promover a cidadania e a participação das pessoas que vivenciam ou já vivenciaram situações de pobreza e/ou exclusão social através de movimentos de cidadania, quer a nível distrital – Conselhos Locais – quer a nível nacional – Conselho Nacional - e ainda a nível europeu, com a participação no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social que se desenvolve desde 2001.

Os Conselhos Locais pretendem dar oportunidade a um grupo de cidadãos/ãs que vivenciam, ou já vivenciaram, situações de pobreza e/ou exclusão social, de norte a sul do país de se pronunciarem sobre as suas realidades, necessidades e prioridades, a sua qualidade de vida e sobre as políticas sociais, entre outros.

Conselho Local de Cidadãos – Coimbra

Atividades desenvolvidas

- Exposição de Trabalhos sobre Pobreza e Exclusão Social elaborados por crianças (2013);
- Sessão de Empowerment para públicos jovens desempregados (2013);
- "Ser Cidadão é...": trabalho elaborado pelos membros do Conselho Consultivo Local abordando as questões ligadas a uma Cidadania Ativa, com recurso a fotos e frases elaboradas pelos próprios (2013);
- Sessão interativa sobre as Comunidades Ciganas/ cultura e tradições (2013);
- Sessão interativa sobre a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas (2014);
- Sessão sobre Motivação na Escola EB 23 e Secundária DR. José Falcão- Miranda do Corvo (2014);

ASENSIO, M. (2010). *Um enquadramento para a análise de políticas públicas*. Instituto Nacional de Administração, I.P. (online). Disponível em:

<http://repap.ina.pt/bitstream/10782/543/1/An%C3%A1lise%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas.pdf> [acedido a 10 de maio de 2022]

BURSZTYN, M. (2001). *Ciência, ética e sustentabilidade*, 2. ed – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001 (online). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000201.pdf> [acedido a 16 de maio de 2022]

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (s/d). *CONSELHO DE CIDADÃOS* (online). Disponível em: <https://cidadania.lisboa.pt/participacao/conselho-de-cidadaos> [acedido a 16 de maio de 2022]

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2005). *Livro Verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas”* (online). Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c08260e4-6f8e-47cd-ae44-03b57715189b/language-pt/format-PDF> [acedido a 18 de maio de 2022]

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU (2018). *As boas práticas nas políticas públicas relativas à economia social europeia após a crise económica* (online). Disponível em: <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-02-18-749-pt-n.pdf> [acedido a 10 de maio de 2022]

EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) (s/d). *CONSELHO LOCAL DE CIDADÃOS* (online). Disponível em: <https://participacao.eapn.pt/conselhos-de-cidadaos/> [acedido a 18 de maio de 2022]

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (s/d). *Políticas Públicas Justas para Todas as Gerações - Uma Metodologia de Avaliação* (online). Disponível em: https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/wp-content/uploads/sites/46/2021/10/JI_11_MetodologiaAvaliacaoPoliticasPublicas_PT.pdf [acedido a 11 de maio de 2022]

JACOBI, P. (2003). *EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE*. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003 (online). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt> [acedido a 17 de maio de 2022]

ELVAS, S. & MONIZ, M. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica* (2010), 3 (XXVIII): 451-464 (online). Disponível em: <https://doi.org/10.14417/ap.312> [acedido a 17 de maio de 2022]

